

Normas para centrais sindicais vão ao Plenário

O projeto que regulamenta a atuação das centrais sindicais e trata da contribuição sindical foi encaminhado ao exame do Plenário. Francisco Dornelles defende retirada da emenda que muda regras para cobrança da contribuição. **Página 8**



Entre Paim (D) e o promotor Gilberto Martins, Ana Júlia fala em audiência na CDH

Desejo de punir envolvidos no caso da jovem presa com homens

A governadora Ana Júlia classificou como “barbárie” a prisão de uma menina de 15 anos com 20 homens numa cela e garantiu que os responsá-

veis não ficarão impunes. Paulo Paim afirmou que o sistema prisional está falido. Mário Couto e Kátia Abreu cobraram a punição dos envolvidos. **Página 6**

CPMF dá o primeiro passo no Plenário

A proposta que prorroga a CPMF começou ontem a contar tempo no Plenário do Senado, onde a pauta foi desobstruída com a aprovação de duas medidas provisórias. O presidente interino do Senado, Tião Viana, disse que o governo precisa agir com mais intensidade se quiser que a matéria seja votada antes do Natal. O Senado vai investigar se houve constrangimento a Mesquita Júnior, que é contra a prorrogação da CPMF e reafirmou ter sido assediado por representante do Palácio do Planalto para discutir liberação de emendas parlamentares. Expedito Júnior informou que o PR liberou a bancada para votar como quiser. **Páginas 3 a 5**

Entre Serys e Inácio Arruda, Tião Viana preside a sessão do Senado



Geraldo Magela



Antonio Carlos Júnior (E), Romero Jucá, Ideli e Virgílio ouvem José Agripino

Senado comemora os 35 anos do Prodasen

Efraim Moraes lembrou que o Prodasen foi pioneiro no uso de tecnologia da informação no serviço público. **Página 3**



Efraim abre exposição que conta em 80 painéis a história do Prodasen

CCJ examina hoje projeto que prevê cassação de Renan

A Comissão de Constituição e Justiça reúne-se, às 10h, para analisar o projeto de resolução que propõe a perda de mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. O parecer a ser votado é de autoria de Arthur Virgílio. **Página 5**

Projeto prevê adoção de “equipamentos que contribuam para a redução do consumo” e a promoção de “educação ambiental”

Comissão aprova incentivo à economia no consumo de água

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem parecer favorável a projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que busca incentivar a economia no consumo de água. O relator da proposta é o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da CMA.

O projeto (PLS 504/07) altera dispositivos da lei que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei 11.445/07). Além de incluir a moderação do consumo entre os princípios fundamentais que norteiam a prestação dos serviços de saneamento e abastecimento de água, a proposição de Valadares dispõe sobre o desenvolvimento de “equipamentos e métodos economizadores de água”.



Projeto de Valadares fixa critérios para interrupção do fornecimento a instituições

A proposta determina ainda que a interrupção ou a restrição do fornecimento de água, por inadimplência, a estabelecimentos de saúde, instituições educacionais e de internação coletiva e a consumidores de baixa renda deverá obedecer a prazos e critérios.

Fundo dos Direitos Difusos poderá ter publicação prevista em lei

Foi acolhido ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) substitutivo de Flávio Arns (PT-PR) a projeto (PLC 116/07) que determina que os valores revertidos ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos devem ser publicados no *Diário Oficial da União* e no site do Ministério da Justiça.

O fundo, de natureza contábil, tem como objetivo a reparação

dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a outros interesses difusos e coletivos e é constituído pelos valores de multas e condenações judiciais.

A CMA aprovou também propostas do senador Augusto Botelho (PT-AC) solicitando informações sobre a avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Tião Viana recebe grão-duque

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebe hoje o grão-duque Henri de Luxemburgo, que visita oficialmente o Brasil no propósito de estreitar os laços de amizade e cooperação econômica entre os dois países. O grão-duque traz 117 pessoas em sua delegação.

Comissão lança publicação ambiental

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas realiza hoje, às 10h, reunião com parlamentares para o lançamento de publicação editada sob a responsabilidade de diversas entidades ambientalistas. Será na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Infra-Estrutura homenageia ex-presidente

Ocorre hoje, às 9h, a cerimônia de aposição do retrato do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) na galeria de ex-presidentes da Comissão de Ser-

viços de Infra-Estrutura (CI). Com a presença de vários senadores, o evento será realizado no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.



Isenção do IPI e segurança alimentar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 10h para examinar cinco proposições, entre elas o projeto que trata da isenção do IPI relacionada ao leite. No mesmo horário, o comitê que avalia informações sobre obras públicas irregulares, da Comissão Mista de Orçamento (CMO), analisa relatórios.

Sistema de adoção de crianças

Às 15h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para discutir o sistema de adoção de crianças no Brasil. A proposta é do senador Magno Malta (PR-ES). Participam do evento juízes, promotores e representantes de entidades femininas.

Cadastro positivo de bancos

Às 8h45, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) examina projeto de lei que obriga as instituições financeiras a fornecerem cadastro positivo aos clientes, eletrônico e gratuitamente. As informações devem conter histórico de crédito do cliente junto à instituição nos últimos cinco anos. A comissão também deverá votar 26 projetos de decreto legislativo que tratam de concessão de funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Fórum Senado Debate Brasil

A partir das 9h30, acontece a abertura do 3º Fórum Senado Debate Brasil sobre “Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia da Violência”. O evento contará com a presença do presidente interino do Senado, Tião Viana, e dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Os primeiros conferencistas são o pediatra Laurista Corrêa Filho e o especialista em desenvolvimento infantil Hubert Montagner.

Processo contra Renan na CCJ e sessão do Congresso Nacional

Às 10h, a Comissão Justiça (CCJ) reúne-se para analisar relatório do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que

requer a instauração de processo por suposta quebra de decoro parlamentar do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Também às 10h, os senadores

e deputados reúnem-se em sessão conjunta do Congresso Nacional para registrar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher – 25 de novembro.

Assistência psicológica

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião marcada para as 11h. O primeiro item da pauta é o projeto do Executivo que trata do reconhecimento das centrais sindicais. Também em pauta na comissão substitutivo ao projeto que inclui a assistência psicológica no âmbito dos seguros privados.

Lançamento de livros

Às 18h30, será realizado o lançamento do livro *A primeira infância e as raízes da violência*, do pediatra Antônio Márcio Lisboa, como parte da programação do 3º Fórum Senado Debate Brasil. Às 19h, Eduardo Suplicy (PT-SP) lança o livro *Um notável aprendizado*. Na ocasião, haverá debate sobre a obra, com a presença do presidente interino, Tião Viana, de Pedro Simon (PMDB-RS) e Patrícia Saboya (PDT-CE) e do ministro Mangabeira Unger.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Gerson Camata, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Marcelo Crivella



Márcio Kollme

Entre Renan Calheiros (E) e Valter Pereira, Tião Viana dirige solenidade de inauguração

Senado entrega novas instalações do Comitê de Imprensa e da Agência

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), ao lado do presidente licenciado, Renan Calheiros, inaugurou ontem as novas instalações do Comitê de Imprensa da Casa e da Agência Senado. O projeto de reforma, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, teve por objetivo dotar de instalações mais adequadas ao exercício de suas funções os cerca de 700 jornalistas da imprensa privada que cobrem as atividades legislativas e os cerca de 30 jornalistas da agência.

Tião Viana elogiou Renan, que conduziu as discussões sobre o andamento da obra junto a todos os setores da Casa, bem como os profissionais engajados na sua execução.

– A imprensa tem que estar mais bem instalada para traduzir a feição atual das instituições. Tudo o que é levado ao Brasil depende dos jornalistas – disse o presidente interino.

Já Efraim Morais (DEM-PB), 1º secretário da Casa, salientou que o novo espaço abrirá uma nova frente de transparência no Senado, na medida em que a instituição estará disponibilizando aos jornalistas equipamentos modernos para que digam ao Brasil e ao mundo tudo o que se passa na Casa. O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, por sua vez, enfatizou que o Comitê de Imprensa do Senado é um dos melhores do Brasil. O vice-presidente do Comitê de Imprensa, Fábio Marçal, afirmou que o serviço sempre foi utilizado da forma mais democrática possível.

Na ocasião, foi inaugurada a exposição do fotógrafo Célio Azevedo, o mais antigo do Senado, que está se aposentando após mais de 30 anos de Casa. As fotos ficarão expostas nas paredes de vidro do posto que era ocupado pela Agência Senado, localizado no Salão Azul.

Atuação do Prodasen em 35 anos é lembrada com sessão especial

Os 35 anos da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) foram comemorados ontem em sessão especial no Plenário. Ao falar na homenagem, o 1º secretário, senador Efraim Morais (DEM-PB), lembrou que o Prodasen foi um dos pioneiros no uso e na aplicação de instrumentos de tecnologia da informação no setor público brasileiro.

O Prodasen administra uma rede de 6.600 pontos, com 125 máquinas servidoras, que abrigam 253 aplicações instaladas, 68 *terabytes* de armazenamento em disco e 320 *terabytes* em fita.

Para um Plenário ocupado por diretores, funcionários e ex-funcionários do Prodasen, Romeu Tuma (PTB-SP) – que já foi 1º secretário do Senado e também ajudou a modernizar o órgão

– lembrou que a criação do Prodasen fez parte de uma política administrativa criada para dar maior infra-estrutura à Casa. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AP) afirmou que o Prodasen tornou-se indispensável para o bom funcionamento do Senado.

O requerimento da sessão especial foi apresentado por José Sarney (PMDB-AP), que, no entanto, não pôde comparecer à solenidade por estar em viagem ao exterior.

A sessão contou ainda com a presença do diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, e do diretor do Prodasen, Evaldo Gomes Carneiro Filho. Após, foi inaugurada a exposição denominada “Prodasen: Passado, Presente e Futuro”, instalada no Salão Branco, próximo à Chapelaria.

Plenário também acolhe medida provisória que instituiu o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária e libera pauta de votação

Senadores aprovam medida que revogou MP para facilitar CPMF

O Plenário aprovou ontem as duas medidas provisórias (MP) que trancavam a ordem do dia. Com a liberação da pauta, pôde ser iniciada a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. (Veja matéria na página 4)

A primeira medida provisória aprovada foi a 392/07, que revogou a MP 382/07, a qual concedia incentivos fiscais na compra de máquinas e equipamentos para os setores têxtil, moveleiro, calçadista e de artefatos de couro e confecções. A votação foi nominal, a pedido do PSDB. O placar registrou 40 votos a favor, 16 contra e 3 abstenções.

Vários senadores da oposição discutiram a matéria. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), orientou a bancada para a abstenção, como forma de protesto

contra o governo federal que, a seu ver, desmoralizou o instituto da medida provisória. A MP 392 foi editada com o objetivo de desobstruir a pauta da Câmara para que a prorrogação da cobrança da CPMF pudesse ser apreciada.

A votação da MP havia sido adiada duas vezes. Apesar de ela revogar uma medida provisória que concedeu incentivos fiscais e crédito subvencionado a setores produtores e exportadores de produtos considerados prejudicados pela valorização do real frente ao dólar, os seus efeitos voltaram a vigorar com o PLC 76/07, aprovado pelo Senado no dia 17 de outubro. Essa proposição havia sido encaminhada pelo governo à Câmara após ele próprio ter revogado MP com a mesma finalidade.

Ao registrar que, ontem, o governo Luiz Inácio Lula da Silva completou 300 medidas provisórias editadas, o líder do DEM, José Agripino (RN), encaminhou

o voto contrário, por entender que a rejeição seria uma forma de resgatar a imagem do Congresso.

Portos

Com 38 votos a favor, 20 contra e 1 abstenção, os senadores também aprovaram o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 37/07, proveniente da MP 393/07, que instituiu o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária para melhorar o funcionamento dos portos brasileiros e as atividades do setor, que desde 1997 demanda obras de recuperação e expansão de instalações.

O programa será implantado pela Secretaria Especial de Portos e pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A proposição vai à sanção do presidente da República. O relator da matéria, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou voto favorável à proposição.

Rosalba homenageia primeira eleitora do país

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) saudou em Plenário os 80 anos do registro de Celina Guimarães Viana como primeira mulher eleitora no Brasil e na América Latina. Nascida em Mossoró (RN), Celina faleceu em 1972 e é lembrada por ter ante-

cipado em cinco anos a conquista do voto feminino no Brasil.

A destacar a campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, a senadora concluiu seu discurso enaltecendo o exemplo da homenageada.



Rosalba Ciarlini

Geraldo Magela

João Pedro elogia projeto florestal no Amazonas

João Pedro (PT-AM) elogiou ontem, em Plenário, o projeto de manejo florestal de baixo impacto encabeçado pela empresa Mil Madeireira, no município amazonense de Itacoatiara. O senador disse que apresentará requerimento à Mesa sugerindo que os senadores conheçam a experiência de perto.

– É o único projeto em execução com floresta nativa. É importante o Senado conhecer essa experiência para compreendermos a possibilidade de termos qualidade de vida com geração de renda, sem essa política de terra arrasada, de queimar a floresta de forma criminoso – afirmou.

Mercadante saúda o cardeal Odilo Scherer

Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou em Plenário a apresentação de requerimento de saudação a dom Odilo Scherer, que foi nomeado cardeal pelo papa Bento XVI em cerimônia no último sábado, em Roma. Com a nomeação de dom Odilo, o Brasil passa a ter nove cardeais.

O requerimento de Mercadante recebeu o apoio dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Efraim aplaude eleição de dom Aldo para pastoral

Efraim Morais (DEM-PB) apresentou voto de aplauso a dom Aldo Di Cillo Pagotto, arcebispo da Paraíba, pela sua eleição como presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança, em Curitiba, na 13ª Assembléia Geral da Pastoral da Criança. O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) também subscreveu o requerimento.

Dom Aldo substituiu o arcebispo de Botucatu, dom Aloysio Penna, que desempenhou a função nos últimos 16 anos. Caberá ao bispo, como primeiro ato na presidência do conselho diretor, indicar o novo coordenador nacional da Pastoral da Família, em substituição à fundadora, Zilda Arns.

Críticas da oposição marcam primeira sessão em que proposta é oficialmente discutida. Ideli teme prejuízo a programas sociais se cobrança da contribuição cair

Plenário começa o debate da CPMF: ainda faltam sete sessões

Os senadores começaram ontem à noite a discussão em Plenário da proposta de emenda constitucional que prorroga até 2011 a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Antes de ser votada em primeiro turno, a PEC deve passar por cinco sessões de discussão – a de ontem foi a primeira. Se aprovada, a PEC vai a segundo turno, quando terá três sessões de discussão e a votação final em Plenário.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Marconi Perillo (PSDB-GO), Mário Couto (PSDB-PA) e Mão Santa (PMDB-PI) reafirmaram ontem suas posições contrárias à prorrogação da CPMF. Virgílio adiantou que o PSDB pretende apresentar emenda à PEC, na quinta sessão de discussão em primeiro turno, o que fará a matéria retornar para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Arthur Virgílio apontou ainda



Virgílio (ao microfone) anuncia emenda à proposta, para forçar seu retorno à CCJ

que a arrecadação “vem aumentando” e que o governo federal “gasta muito e gasta mal”. Otimista, o líder do PSDB previu que a oposição conseguirá votos suficientes para acabar com a contribuição.

Marconi Perillo notou que a carga tributária brasileira é excessiva e que o governo Lula

deveria “ter feito um projeto de longo prazo para o país”. Mário Couto afirmou que votará contra a CPMF “em favor da maioria do povo brasileiro”. Ele observou que a corrupção gera prejuízos ao Brasil da ordem de US\$ 3,5 bilhões anuais. Mão Santa disse que “o governo não vai acabar se a CPMF não for prorrogada”.

“Nunca o brasileiro foi tão explorado”, diz Mão Santa



Mão Santa

Antes da sessão de debate da CPMF, Mão Santa afirmou que, “em 507 anos, um povo nunca foi tão explorado” como agora. O senador estava se referindo à carga tributária, que, conforme ressaltou, obriga o brasileiro a trabalhar cinco meses por ano apenas para pagar impostos.

Mão Santa lembrou que na época do Brasil colônia o imposto cobrado pela Coroa portuguesa – conhecido como quinto – era de 20%.

– De cinco quilos de ouro, um quilo era de Portugal; de cinco bodes do meu Piauí, um bode era de dom João VI. Agora, é a metade. São 76 impostos.

Ideli teme prejuízo a avanços do governo na área social



Ideli Salvatti

Ao comemorar o fato de o Brasil ter entrado pela primeira vez no grupo de países de “alto desenvolvimento humano” no ranking elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), opinou que o Congresso não pode colocar em risco essa e outras conquistas do governo Lula não renovando a CPMF.

– Só foi possível permitir que milhões de brasileiros saíssem da condição de extrema miséria para acessar emprego com carteira assinada graças à aplicação correta e adequada da CPMF – argumentou.

Tião Viana: governo precisa agir “com mais intensidade”

Questionado ontem de manhã sobre a exigüidade de tempo para o Senado aprovar a CPMF, o presidente interino da Casa, Tião Viana, afirmou que o governo precisa agir com mais intensidade se quiser ver essa matéria votada antes do Natal. “Pelo visto, vão votar isso arrumando os presentes”, comentou um jornalista. “É verdade, talvez no limite do Papai Noel, como se diz”, respondeu o presidente.

Tião Viana disse que seu dever é o de manter-se serenamente imparcial, como preconiza o Regimento Interno da Casa.

– Meu papel é assegurar a aplicação do regimento quando estivermos diante de uma matéria que diga respeito ao interesse da sociedade, ao interesse do governo, ao interesse dos partidos que atuam na Casa. E, diante disso, eu entendo que é preciso ter muita tranquilidade. E o governo precisa agir com mais intensidade nesta hora se quer votar e aprovar a matéria.



Viana reafirma que seu dever é manter-se imparcial, como determina o regimento

Indagado sobre a disposição do presidente Lula de entrar nas articulações políticas para garantir a prorrogação da CPMF, Viana observou que toda negociação pautada na ética consiste num bem para a democracia.

– Acho natural que o presidente e seus ministros, quando se tratar de uma matéria que diga respeito ao interesse do país, procurem discutir com cada parlamentar o mérito da matéria.

Exedito Júnior anuncia que PR não fechará questão pela proposta

Exedito Júnior (PR-RO) anunciou ontem que seu partido, integrante do Bloco de Apoio ao Governo, não fechará questão a respeito da CPMF. Cada senador da bancada, explicou, está livre para votar como quiser.

– Por enquanto, cada um vota de acordo com sua consciência e compromisso. O nosso compromisso é votar contra a prorrogação – declarou.

O parlamentar explicou ainda que, em reunião com a bancada no gabinete do senador João Ribeiro (PR-TO), ficou decidido que, depois da votação da PEC, o PR discutirá sua permanência na base governista.



Exedito informa que, após votação, seu partido vai discutir relação com governo

– Não vamos tratar desse assunto agora para não confundir a CPMF com a saída do bloco – declarou.

Sem acordo, CPI das ONGs adia análise de requerimentos

A falta de acordo impediu ontem a votação de requerimentos na Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs). Em consequência, o presidente da comissão, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), suspendeu o debate e agendou nova reunião, em data a ser definida.

– É preciso que tenha acordo

com a base do governo. Caso contrário, todos os requerimentos contrários serão rechaçados. Como eles têm maioria aqui, não teremos CPI – disse Colombo.

No início da reunião, o relator do colegiado, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), propôs a votação em bloco de vários requerimentos, tendo em vista que a maioria deles refere-se a

pedidos de informações sobre diversas ONGs. Sibá Machado (PT-AC) concordou, mas solicitou destaque para 12 requerimentos, além de ter apontado outros sete que precisariam sofrer modificações quanto ao mérito. Heráclito Fortes (DEM-PI) protestou e afirmou que a atitude “inviabilizava” o trabalho da comissão.



Inácio Arruda (E), relator, e o presidente, Raimundo Colombo: impasse na reunião

Mesquita Júnior afirma que foi procurado para discutir emendas

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) confirmou ontem o “assédio” de um representante do Palácio do Planalto que o procurou por telefone para marcar audiência com a finalidade de discutir liberação de emendas parlamentares. O assunto foi divulgado pelo jornalista Weiller Diniz, do *Jornal do Brasil*, e vários senadores exigiram explicações do parlamentar do PMDB.

– Não vou me submeter a uma prática dessa, isso é uma vergonha. Quem tiver intenção de me procurar para esse assunto, mude de rumo – afirmou.

Mesquita Júnior lembrou ter feito discursos, nos dias 16 e 23 deste mês, denunciando o fato, que, segundo ele, já vinha ocorrendo. Durante os pronunciamentos anteriores, não disse o nome do interlocutor, mas confirmou tê-lo revelado ao jornalista, que o publicou: trata-se do subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, Marcos de Castro Lima.

Esclarecimentos

Ao discursar antes de Mesquita Júnior, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), exigiu que, além do senador acreano, Marcos de Castro Lima e o ministro José Múcio, da Secretaria de Relações Institucionais, prestem esclarecimentos. Pediu ainda providências da Mesa do Senado.

Na presidência dos trabalhos, o presidente interino do Senado, Tião Viana, informou já ter determinado ao corregedor da Casa, Romeu Tuma (PTB-SP), que investigue “possível constrangimento que tenha sofrido qualquer senador nas dependên-



Mesquita Júnior repudia assédio e diz que não se submete a “essas práticas”

cias da Casa”.

Defesa

Logo depois, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou ter “a melhor impressão do trabalho” de Marcos Lima.

– Nunca ouvi nenhum tipo de reclamação, de protesto, nenhum tipo de desvio de função na condução do trabalho. Acho que o Marcos Lima, por todas as informações que tive até hoje, tem sido um funcionário absolutamente exemplar – afirmou Mercadante.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) também manifestou seu respeito por Marcos Lima e disse que Mesquita Júnior “talvez tenha se equivocado”.

– Sempre me atendeu com cordialidade, sempre busquei recursos para o meu estado e nunca vi nenhuma malícia nessa negociação – declarou Crivella.

A sugestão inicial para que o Senado investigue o assunto partiu do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

– Estou surpreso que não tenha tido repercussão maior nesta Casa uma denúncia que precisa ser averiguada, feita pelo senador Mesquita Júnior – observou.

Tião Viana determina prazo para encerramento de comissões especiais

O presidente interino do Senado Federal, Tião Viana, determinou ontem que sejam encerradas até o dia 31 de dezembro as atividades das comissões especiais designadas pela Presidência, Primeira Secretaria e Diretoria Geral. Conforme a nota distribuída à imprensa, o objetivo da decisão é reduzir as despesas do Senado. O documento informa ainda que permanecerão em funcionamento as comissões permanentes e as definidas em lei federal e por resoluções ou decisões da Comissão Diretora.

As comissões especiais, formadas por funcionários da Casa, são espécies de grupos de trabalho

criados para objetivos específicos, como a realização de um evento ou a execução de um projeto específico. Os funcionários envolvidos na execução dessas atividades recebem uma remuneração extra durante o funcionamento da comissão.

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* do último sábado, o Senado já teria gasto R\$ 781,5 mil em 2007 no pagamento das remunerações dessas comissões. O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, não confirmou esses dados. Segundo Agaciél, ainda não é possível quantificar a redução de gastos que a decisão do presidente irá representar.

Comissão de Constituição e Justiça deve analisar aspectos legais do projeto de resolução elaborado com base em relatório aprovado pelo Conselho de Ética em 14 de novembro

CCJ examina hoje projeto que prevê a cassação de Renan

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, às 10h, para analisar aspectos constitucionais, legais e jurídicos do projeto de resolução que propõe a perda do mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. O parecer a ser votado é de autoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Originário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o projeto de resolução tem de ser votado na CCJ antes de seguir para o Plenário, que deve se reunir no dia 5 de dezembro para julgar o senador.

O projeto que decreta a perda do mandato do senador Renan Calheiros foi elaborado com base em relatório de Jefferson Péres (PDT-AM), aprovado pelo Conselho de Ética em 14 de novembro. No documento, ele afirma que o presidente licenciado do Senado



Julgamento de Renan no Plenário está previsto para 5 de dezembro

quebrou o decoro parlamentar ao manter uma sociedade oculta, por meio de “laranjas”, em empresas de comunicação.

Rito

Se o projeto for aprovado tanto pela CCJ como pelo Plenário, além de perder o mandato, Renan ficará inelegível até 2019.

O rito de votação em Plenário

ainda não está definido. No julgamento da primeira representação, em 12 de setembro, em sessão secreta os senadores puderam pedir a palavra por dez minutos para discutir o projeto, que igualmente solicitava a cassação de Renan.

Renato Casagrande (PSB-ES) disse ontem que é possível um acordo de líderes pelo qual se abrevie o rito da sessão destinada a julgar o mandato do presidente licenciado. Nessa hipótese, apenas os líderes se pronunciarão, além dos partidos que representaram contra Renan (DEM e PSDB) e o representado (o próprio Renan ou seu advogado).

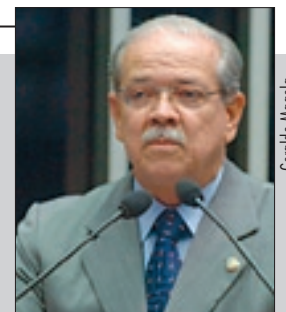
– O regimento da Casa prevê que qualquer senador possa discutir uma matéria por dez minutos, e essa regra deve ser seguida no julgamento, a não ser que os líderes entrem em acordo – observou Casagrande.

Pesar pela morte de torcedores na Fonte Nova

César Borges (PR-BA) encaminhou à Mesa requerimento de pesar pela morte de sete torcedores baianos vítimas do desabamento no estádio Otávio Mangabeira (Fonte Nova), em Salvador, no último domingo.

O senador lembrou que informa-

ções revelam negligência do governo e do desporto baiano em relação à manutenção do estádio, uma vez que o Ministério Público, a vigilância sanitária (Anvisa) e uma associação de arquitetos haviam alertado para as precárias condições do prédio.



César Borges

Abastecimento de água no RN está em colapso, diz Agripino

José Agripino (DEM-RN) cobrou providências dos governos federal e estadual e dos parlamentares da bancada do Rio Grande do Norte, para que possa ser resolvida a situação do município de Currais Novos, que, segundo informou, encontra-se com 50% do seu abastecimento de água em colapso. O fato decorre da seca, que provoca o esvaziamento do Açude Dourado, uma das fontes de abastecimento de água da região, observou.

O senador disse que esteve com o prefeito do município e soube da preocupação da população, de 42 mil habitantes, com o futuro dos açudes e mananciais locais.

Mário Couto critica entrega de obras ao Dnit

Durante a discussão da MP 37/07, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, Mário Couto (PSDB-PA) questionou a entrega da gerência das obras dos portos e das hidrovias ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

– O órgão é apontado como o mais corrupto deste país – disse o senador, enfatizando que a denúncia “não é invenção, e quem acusa é o Tribunal de Contas da União (TCU)”.

Virgílio lamenta atropelamento de servidor

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou ontem requerimentos de pesar pelo falecimento do servidor de seu escritório político William Pinheiro, ocorrido no último dia 24, e de Yolanda Esther Fariji, no último dia 25, ambos em Manaus. William morreu devido a traumatismo craniano, em consequência de um atropelamento.

– O motorista chegou a ser detido, por estar embriagado, mas pagou fiança e responderá ao processo em liberdade – assinalou.

Virgílio ainda fez um apelo para que uma das operadoras de telefonia celular instale antenas no município amazonense de Apuí.

Comissão de Direitos Humanos debate com autoridades federais e estaduais caso da adolescente paraense que ficou presa em cela com 20 homens

Ana Júlia afirma que crime contra jovem paraense não ficará impune

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, classificou como “uma barbárie” a prisão de uma adolescente de 15 anos em uma cela com 20 homens, na cidade de Abaetetuba, em seu estado, e explicou que o fato ocorreu devido a “uma sucessão de equívocos graves”. Ela garantiu que os responsáveis pela prisão da menor não ficarão impunes. A governadora participou ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que discutiu o assunto a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS).

Ana Júlia salientou que o fato se repete em outros estados brasileiros. Disse ter encontrado o Pará com muitas carências e dívidas na área de segurança pública, e anunciou que se encontraria com o presidente Lula para pleitear mais verbas a fim de atender 123 localidades do Pará em que não há presídios diferenciados para homens e mulheres.

Já o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo

Vannuchi, afirmou que direitos da pessoa ainda são violados, apesar das políticas públicas. Ele relatou as iniciativas do governo federal em relação ao episódio, como a constituição de uma comissão que vai ao Pará, com o objetivo de avaliar a situação e propor medidas em parceria com o estado.

Por sua vez, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, ressaltou

que o governo já havia manifestado preocupação com as condições das prisões brasileiras e, em julho deste ano, instalou uma comissão interministerial para avaliar as condições desses estabelecimentos. O resultado da análise, informou, será apresentado em janeiro. Assinalou que a secretaria está tomando as providências sobre o caso de Abaetetuba sem utilizar o fato como espetáculo público.



Na audiência pública, Ana Júlia, Paulo Paim, Paulo Vannuchi e Cezar Britto, presidente da OAB

Caso reflete situação do sistema penitenciário, afirma secretária

A secretária de Segurança Pública do Pará, Vera Lúcia Marques Tavares, afirmou na audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos que o caso ocorrido em Abaetetuba reflete a realidade estrutural do sistema penitenciário brasileiro. Ela disse que o governo paraense e a Secretaria de Segurança já afastaram os responsáveis pela prisão da adolescente e acrescentou que os culpados serão punidos.

Para o promotor de Justiça do Pará Gilberto Valente Martins, que também participou da audiência, a situação em que se encontram as penitenciárias brasileiras é consequência da falta de investimentos no setor de segurança pública. Ele criticou não apenas o fato de mulheres serem presas na mesma cela com homens – o que, segundo ele, não ocorre apenas no Pará –, mas também o encarceramento, no mesmo espaço, de pessoas com diferentes faixas etárias. Lembrou que a Constituição determina separação das pessoas de acordo com o tipo de crime que cometeram, o que, frisou, não é observado.

Gilberto fez questão de explicar que a adolescente de Abaetetuba não respondia a oito processos, como divulgado pela imprensa, mas apenas a quatro procedimentos de flagrante, dos quais dois já haviam sido arquivados.

Na opinião do delegado-geral de Polícia do Pará, Raimundo Benassully, o sistema carcerário do país está falido. Segundo afirmou, as delegacias paraenses estão em condições precárias e as celas são improvisadas. Conforme avaliou, os problemas decorrem das péssimas condições do sistema prisional associadas ao fato de que a população carcerária aumenta a cada ano.

Para o delegado, a jovem que ficou presa na mesma cela com homens deve sofrer de distúrbio mental, uma vez que em nenhum momento manifestou que era menor.

Kátia Abreu: culpados devem responder por crime hediondo



Kátia Abreu afirma que estado precisa indenizar a jovem

acusados por crime hediondo. A senadora considerou necessário que o governo do estado pague uma indenização à jovem.

– Os danos causados a essa moça podem ser irreversíveis, mas o estado deve indenizá-la, para que ela possa tentar reconstruir sua vida, voltar aos estudos e tentar minimizar os efeitos desse crime hediondo.

No mesmo pronunciamento, Kátia Abreu pediu ao presidente interino do Senado, Tião Viana, que dê andamento a requerimentos solicitando à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a conclusão da análise de duas matérias. Uma das proposições trata da imposição à União do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a outra dispõe sobre medidas de defesa dos contribuintes. As propostas têm como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

– No momento em que discutimos a CPMF e que descobrimos o quanto o governo tem aumentado a arrecadação de impostos, precisamos colocar limites aos gastos públicos – salientou.



Mário Couto denuncia abusos contra menores em Marajó

Mário Couto cobra punição de policiais

Durante a audiência pública, o senador Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que todas as pessoas que trabalhavam na delegacia na qual a adolescente foi presa devem ser punidos. Ele disse não acreditar que as autoridades desconhecem o fato.

Mário Couto lembrou que, em maio deste ano, denunciou o fato de meninas de 11 a 14 anos serem violentadas e trocarem práticas sexuais por alimentos, em Marajó (PA).



Camata diz que Justiça suspendeu resolução do CFM sobre o assunto

Camata pede a votação de projeto sobre ortotanásia

Gerson Camata (PMDB-ES) pediu ao presidente da Comissão de Justiça, Marco Maciel (DEM-PE), que designe relator para projeto que regulamenta a ortotanásia, prática que permite ao médico parar com os tratamentos que prolongam a vida de portadores de doenças graves, sem chance de cura.

Camata pediu a aprovação de seu projeto em razão de a Justiça ter suspenso a resolução do Conselho Federal de Medicina regulamentando a ortotanásia.

O quarto país com mais presos no mundo

O sistema penitenciário brasileiro abriga **361.402** pessoas presas em regimes fechado, semi-aberto, aberto, provisório e sob medida de segurança, segundo levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), com base em pesquisa de dezembro de 2005.

Esse número sobe, no entanto, para **401.236**, de acordo com pesquisa realizada em dezembro de 2006 pela coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (RJ), a socióloga Julita Lengruher.

Paim: Lei Maria da Penha precisa ser cumprida

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos, afirmou em Plenário, após a audiência pública, que o sistema prisional brasileiro está falido. O parlamentar disse que a Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência contra a mulher, precisa ser cumprida e os responsáveis pelos abusos contra a adolescente merecem punição rigorosa.

Paim anunciou que a comissão especial criada por iniciativa de Ideli Salvatti (PT-SC) para analisar a violência contra a mulher será instalada na próxima semana. Ele disse que essa comissão deverá incorporar a sugestão por Serys Slhessarenko (PT-MT) para tratar da criança e do adolescente.

Em aparte, Romeu Tuma (PTB-SP) apontou a necessidade de formar consciência de direitos humanos nas autoridades, sendo apoiado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Paim cumprimentou ainda o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, por ter promovido amplo debate em torno dos projetos de estatutos do Deficiente Físico e da Igualdade Racial.



Mercadante: país alcança alto desenvolvimento humano

Brasil entra no grupo de alto nível do IDH

A inclusão do Brasil no grupo de nações de alto desenvolvimento humano, conforme avaliação do Programa das Organizações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), foi saudada por Aloizio Mercadante (PT-SP). Conforme o senador, é a primeira vez que o país atinge essa condição, combinando ampla democracia, crescimento econômico e distribuição de renda.

Mercadante lembrou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi estabelecido pela ONU em 1975, e desde então são feitas comparações entre as nações quanto às condições de saúde e educação e ao padrão de vida, esse último incluindo PIB *per capita*.

Câmara dos EUA classifica Brasil como líder regional

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) leu uma moção, elaborada pela Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, que classifica o Brasil como "líder regional e parceiro", e reconhece o esforço do país na "trilha para o desenvolvimento", especialmente pela mudança da matriz energética e pela posição de preservação das florestas.

O texto da Resolução 651 pede que o presidente norte-americano, George W. Bush, continue a aprofundar o relacionamento bilateral com o Brasil, reconhece o papel do país como líder regional e elogia o seu desempenho na liderança da missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti.

Audiência pública na Comissão de Educação apresenta sugestões como abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade e acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais

Debate: aproximação com as famílias pode reduzir violência nas escolas

Uma maior aproximação entre as escolas e as famílias pode ser um caminho para a redução da violência no ambiente escolar, segundo especialistas convidadas para debater ontem o tema, em audiência pública na Comissão de Educação (CE). A abertura das escolas nos finais de semana para a comunidade também foi apontada como uma alternativa no combate à violência.

A secretária-executiva do Observatório Ibero-Americano de Violência nas Escolas, Miriam Abramovay, advertiu que o tema ainda é muito "escondido" no Brasil. Ainda não se faz uma conexão, recordou, entre a qualidade do ensino e a qualidade do ambiente escolar. Além da violência que chega à escola "de fora para dentro", disse a pesquisadora, também existe uma violência interna, que estaria ligada à falta de comunicação entre a escola, os jovens e as famílias.

A violência nas escolas, observou a psicóloga Sandra Maria Coli Férrer,



Cristovam e Sandra Férrer acompanham depoimento de Miriam Abramovay

pode ser um reflexo do que acontece nas famílias. Na sua opinião, seria necessária uma maior aproximação com as famílias para se saber o que pode estar prejudicando os alunos. Entre outras medidas, sugeriu a presença, nas escolas, de psicólogos e assistentes sociais.

A garantia de acesso das crianças e dos adolescentes ao conhecimento de seus direitos foi defendida pela professora Adriana Costa de Miranda, da Universidade Estadual de Roraima. Um dos maiores problemas de seu estado, segundo relatou, é o tráfico de crianças e adolescentes para os países vizinhos Venezuela e Guiana.

que (PDT-DF) disse que a violência nas escolas é um tema presente na "cabeça de qualquer um que pense o futuro do Brasil". Na sua opinião, a violência escolar está ligada à má qualidade das próprias escolas.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a experiência de escolas abertas às famílias. Valter Pereira (PMDB-MS) contou que, quando secretário de Educação de seu estado, determinou a abertura das quadras de esporte de uma escola nos finais de semana e, com isso, reduziu drasticamente a violência. Augusto Botelho (PT-RR) também defendeu maior aproximação com as famílias.

Especialistas pedem mais recursos para médicos e hospitais

Em audiência pública na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, profissionais da área de saúde pediram ontem melhor remuneração para os médicos e mais recursos para os hospitais.

Realizada a requerimento do presidente da subcomissão, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), a audiência destinou-se a debater as políticas públicas relacionadas à saúde músculo-esquelética e avaliar a situação do Sistema Único de Saúde (SUS) no tratamento osteomuscular oferecido à população. De acordo com informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), 25% da população mundial sente algum tipo de dor músculo-esquelética.

O presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT), Marcos Esner Musafir, apontou as discrepâncias que existem no pagamento dos profissionais do setor ao lembrar que um corte de



À mesa, Sérgio (E), Marcos, José Edilberto, Papaléo, Maria Ângela e José Luiz

cabelo muitas vezes custa mais que uma consulta médica e que um tênis importado é, em muitos casos, mais caro que uma cirurgia para solucionar uma fratura exposta.

Ao prestar informações no debate, o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral, defendeu um plano de carreira para os médicos do SUS a fim de que seja possível mantê-los trabalhando no interior.

O diretor da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes (Abraidi) Sérgio Alcântara Madeira disse que as diárias pagas

pelo governo não cobrem gastos de hotelaria (refeições, por exemplo) e de enfermagem nem são suficientes para pagar implantes e próteses de qualidade.

Assessora da Anvisa, Maria Ângela Nogueira afirmou que muitos hospitais brasileiros funcionam em condições precárias de atendimento.

José Edilberto Ramalho Leite, do Ministério da Saúde, destacou que a tabela de procedimentos do SUS está sendo reavaliada em fóruns promovidos pelo ministério.

O senador Flávio Arns (PT-PR) advertiu para a possibilidade de o governo contingenciar até 20% dos recursos da saúde. Paulo Duque (PMDB-RJ) lembrou que a população está envelhecendo e que precisará cada vez mais de ortopedistas. Já a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) observou que tratar seqüelas de doenças ortopédicas não curadas devidamente pode ser muito mais caro do que investir nos serviços de saúde preventivamente.

Especialista francês vai a audiência

As comissões de Educação (CE) e Assuntos Sociais (CAS) realizam amanhã uma audiência conjunta, às 10h, para debater a importância da prevenção da violência por meio de ações na primeira infância. A reunião, que ocorrerá no plenário da CE, terá a participação do Ph.D. em Psiquiatria Infantil Hubert Montagner. A audiência faz parte do 3º Fórum Senado Debate Brasil.

Adoção de crianças em pauta

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se em audiência hoje, às 15h, para discutir o sistema de adoção de crianças no Brasil. Foram convidados, dentre outros, o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Vitória, Paulo Luppi; o promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis (MG), Carlos José Fortes; e o juiz de Direito de Divinópolis, Núbio Parreiras.

Papaléo destaca sua atuação na área da saúde

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que é médico, relatou ontem seu trabalho na presidência da Subcomissão da Saúde. Ele listou projetos de lei que apresentou, como o que cria o Estatuto do Enfermo, estabelecendo os direitos dos pacientes; o que garante o tratamento de hipertensos que tenham dificuldades financeiras, com o fornecimento de medicação pelo SUS; e o que cria instrumentos para prevenção e controle de infecção em hospitais.

Compras em dinheiro com preço diferenciado

O projeto de lei que permite aos comerciantes fixar diferentes preços em suas vendas – conforme sejam feitas em dinheiro ou com cartão de crédito – foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, do senador Adelmir Santana (DEM-DF), ainda tem de ser votada em decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto (PLS 213/07) acrescenta um artigo ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078 de 1990) para determinar que “não se considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”.

“Subsídio cruzado”

Ao defender sua proposta, Adelmir argumenta que, se os lojistas forem autorizados a diferenciar seus preços, os consumidores poderão pagar preços mais baixos nos pagamentos à vista. Ele afirmou que, quando não há diferenciação, quem paga em dinheiro acaba bancando parte dos custos das transações com cartão de crédito – o que representaria uma espécie de “subsídio cruzado” para os consumidores que usam o cartão.

Em nota divulgada em 2004, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, subordinado ao Ministério da Justiça, cita uma resolução do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor que avaliou como irregular os acréscimos de preço nas aquisições feitas com cartão de crédito, já que essas transações seriam caracterizadas como compras à vista.



Lojistas podem oferecer preços mais baixos, observa Adelmir

Substitutivo de Dornelles resulta de acordo entre o governo e as centrais sindicais prevendo criação de uma contribuição negocial, que substituiria o atual modelo de cobrança

Nova proposta sobre imposto sindical segue para o Plenário

Foi encaminhado ontem para deliberação do Plenário projeto que regulamenta a atuação das centrais sindicais e trata da contribuição sindical. A votação da matéria, prevista para ontem à tarde na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não foi possível porque o prazo para exame nas comissões se expirou em 19 de novembro, já que a tramitação é em regime de urgência.

O PLC 88/07 estava tramitando em conjunto na CAE e nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Se o projeto não for votado pelo Plenário até 9 de dezembro, deverá ser incluído na ordem do dia, sobrestando a deliberação das demais matérias.

A proposta, da forma como foi aprovada na Câmara, enfrenta a



No relatório apresentado ontem, Dornelles defende retirada da emenda de deputado

oposição das centrais sindicais, que não aceitam a cobrança facultativa. O relator do projeto no âmbito da CAE, Francisco Dornelles (PP-RJ), apresentou ontem seu relatório sobre o projeto. Ele defende a retirada da

emenda do deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF), que suprime a obrigatoriedade do desconto da contribuição em folha de pagamento – e que gerou a reação contrária das centrais sindicais.

Dornelles argumentou que esse texto, ao contrário do que se divulga, não acaba com a obrigatoriedade da cobrança, mas faz com que as empresas deixem de recolher o tributo. De acordo com o senador, isso levaria muitos trabalhadores à inadimplência, “sem que eles saibam”.

Dornelles disse ainda que o governo federal e as centrais sindicais fizeram um acordo para que seja apresentado, no prazo de 90 dias, projeto de lei criando uma contribuição negocial, a qual substituiria a contribuição sindical.

Demissão arbitrária de dirigentes é tema de audiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se amanhã, às 14h, para discutir questões relacionadas à demissão arbitrária de dirigentes sindicais.

Em sua justificativa, o autor do requerimento da audiência, senador

Paulo Paim (PT-RS), diz que está se tornando rotina a prática de demissão de dirigentes sindicais como meio de impedir ações organizadas dos trabalhadores.

Entre os convidados para o debate estão o procurador-geral do Traba-

lho, Otávio Brito Lopes; o secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, Luiz Antonio de Medeiros Neto; e o especialista em normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Christian Veloz.

Projetos sobre cooperativas devem ser votados antes do recesso

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou ontem que os três projetos em análise no colegiado destinados a mudar a organização do sistema cooperativo nacional devem ser votados antes do recesso parlamentar. Em tramitação conjunta, as propostas estão sendo relatadas pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). Para instruir a análise, a comissão realizou ontem audiência pública sobre o tema.

No projeto (PLS 153/07) de Eduardo Suplicy (PT-SP), o senador trata das finalidades, do estatuto, das características e da classificação das cooperativas, qualificadas como sociedades civis sem fins lucrativos. A liberdade de organização e filiação e a realização das operações prioritariamente com os associados são uma das regras defendidas por Suplicy.

O autor do PLS 3/07, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirma que seu projeto tem como objetivo modernizar o setor cooperativista. Ele



Mercadante (2º à esq.) no debate com representantes do governo e de entidades representativas

propõe uma definição mais ampla do ato cooperativo e também prevê a possibilidade de a cooperativa abrir seu capital, tal como fazem as empresas capitalistas, mediante emissão, autorizada por assembleia-geral, de certificados de aporte de capital. Na audiência, Osmar Dias negou que essa abertura de capital possa ser uma brecha para a entrada de capital

estrangeiro nas cooperativas.

O PLC 82/06 denomina atos cooperativos os praticados entre a cooperativa e seus sócios ou entre cooperativas associadas. Define também atos complementares, quando vinculados às atividades dos sócios e sob a responsabilidade profissional destes, em cumprimento ao objeto social e à finalidade da sociedade.

Cruz Vermelha pode ter 0,15% da renda de loterias

Foi acolhida ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos proposta que destina à Cruz Vermelha Brasileira 0,15% da arrecadação das loterias da Caixa Econômica Federal – que incluem concursos como a Mega-Sena, a Quina, a Dupla-Sena, a Lotomania, a Lotofácil e a Loteca (Loteria Esportiva). A matéria ainda terá de passar por votação em turno suplementar na CAE porque o texto aprovado ontem não foi o projeto de lei originalmente apresentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), mas o substitutivo integral do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ao justificar sua proposição (PLS 110/04), Crivella lembra que a Loteria Esportiva, em respeito à Lei 6.905 de 1981, reserva a cada ano a renda líquida de um de seus concursos para repassá-la a Cruz Vermelha Brasileira. No entanto, como explica Suplicy, essa lei foi criada quando a Loteria Esportiva “era a única existente no país”, o que resultava em arrecadações muito maiores do que as obtidas atualmente. Tanto Crivella como Suplicy ressaltam que, atualmente, a verba assim recebida pela Cruz Vermelha foi dramaticamente reduzida. Crivella cita o exemplo de 2004, quando a Loteria Esportiva destinou a essa instituição R\$ 65,5 mil.

Repasse mensal

Suplicy recorda que, nos últimos anos, foram criadas outras modalidades de loteria, o que reduziu o número de apostadores da Loteria Esportiva e, conseqüentemente, sua arrecadação. É por essa razão que, em seu substitutivo, ele prevê uma porcentagem (0,15%) sobre todas as modalidades de concurso da Caixa Econômica Federal, a ser repassada mensalmente.

O senador disse ainda que a Cruz Vermelha Brasileira se encontra em situação financeira dramática. Ele lembrou que a instituição atua nas áreas de saúde comunitária e desenvolvimento local, além de desenvolver ações em casos de desastres.